



Pedra Azul, em Domingos Martins: projeto prevê emancipação da região

Projeto que cria município de Pedra Azul sai da gaveta

Assim que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que devolve aos estados a competência de criar municípios for aprovada no Senado, o processo de emancipação da região de Pedra Azul do Aracê, em Domingos Martins, será um dos primeiros a entrar em pauta na Assembléia Legislativa.

Para garantir que isso ocorra, o deputado estadual Caucau Lorenzoni (PP) solicitou o desarquivamento da proposta, que já tramita na Casa. Ele acredita que não deve haver dificuldades na aprovação da PEC em Brasília, assim como no Legislativo estadual.

“Já conversei com deputados, não teremos problemas em plenário. Vai ser um negócio muito bom, o desenvolvimento vai chegar mais rápido à região”, acredita.

E complementa: “É um anseio dos moradores, porque é

uma região grande, com potencial turístico, hotéis de primeira linha. Tenho certeza que, se emancipada, ela vai virar um grande pólo turístico.”

Pelo texto da proposta, os estados podem voltar a ter competência para emancipar municípios – prerrogativa extinta em 1996 – desde que sejam cumpridos requisitos mínimos, como a consulta popular e número de eleitores, por exemplo.

Na Assembléia, há 14 processos nesse sentido, sendo que três deles se referem a uma mesma localidade, Campo Grande, que tem interesse em se separar de Cariacica. Se aprovados, o Estado poderá aumentar dos atuais 78 para 90 municípios.

A Agência de Desenvolvimento Sustentável de Pedra Azul do Aracê (Agência Viva Pedra Azul), movimento que

luta pela emancipação do da localidade, reclama que, em virtude da distância da região para a sede do município, existe um abandono do poder público.

“Lá, existe um posto de saúde, mas não temos ambulância. A região tem condições de se emancipar. Já fizemos a verificação com dados do IBGE”, justificou o coordenador da agência, Cláudio José Calmon.

O vice-prefeito de Domingos Martins, Fábio Anselmo Trabach (PTB), afirmou ser contrário à proposta, mas ponderou que respeita a posição dos moradores.

“Respeitamos a vontade dos moradores, mas como administradores é claro que não queremos. Tudo isso implica em despesas. Não adianta ficar com os louros e esquecer dos problemas”, avalia.